

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.570 - RJ (2019/0317378-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : K C A (MENOR)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. SUPERVENIÊNCIA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por K. C. A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que denegou a ordem nos autos do HC n.º 0045523-69.2019.8.19.0000.

Consta nos autos que o Recorrente foi representado pela suposta prática de atos infracionais análogos aos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

Neste recurso, a Defesa se insurge contra a decisão que determinou a internação provisória do Recorrente, que foi mantida pelo Tribunal de origem.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a internação imposta ao Infante.

As informações foram prestadas às fls. 104-107.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 95-100).

É o relatório.

Decido.

Consoante informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau à fl. 106, o Recorrente cumpriu "*internação provisória entre os dias 20/07/2019 e 28/08/2019. Em audiência de apresentação, foram-lhes aplicadas as medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (por seis meses) e Prestação de Serviços à Comunidade*".

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no provimento do recurso.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora